Agronegócio dos EUA

As últimas de 2011

Horrys Friaça*

TODA ATENÇÃO voltada para o Congresso dos EUA. No momento, o Legislativo discute o tamanho dos cortes sobre o orçamento destinado à agricultura para os próximos anos. Consequentemente, também se discute como adequar a próxima *Farm Bill* a esses cortes. Tais discussões ocorrem este ano em ambiente novo e totalmente inusitado, portanto, ainda menos previsível.

Trata-se do *Joint Select Committee on Deficit Reduction*. Composto de apenas 12 congressistas (metade de cada partido), o também chamado "Supercomitê" estava incumbido de apresentar, até o fim deste mês de novembro, uma proposta indicando as diferentes áreas do orçamento pelas quais serão distribuídos US$ 1,2 trilhão em cortes orçamentários nos próximos dez anos. Agricultura é apenas uma delas. Uma vez elaborada pelo "Supercomitê", a proposta será então submetida à aprovação definitiva pelo Congresso. Caso não receba aprovação, o governo cortará, horizontalmente, os mesmos US$ 1,2 trilhão, distribuindo de maneira equivalente os cortes por todas as áreas do orçamento.

Neste contexto, com intuito de pautar os debates e prevenir cortes excessivos no orçamento agrícola, os Comitês de Agricultura da Câmara e do Senado propuseram ao "Supercomitê" que os cortes não excedessem US$ 23 bilhões. Tal montante representaria menos de 15% de redução no orçamento aplicável à agricultura nos próximos dez anos. Seria, também, significativamente inferior aos US$ 33 bilhões propostos pela Casa Branca. Certamente, ainda menor que o eventual corte horizontal.

Além de propor o montante dos cortes, os Comitês de Agricultura da Câmara e do Senado também pretendem influenciar o "Supercomitê" em relação à maneira de aplicar tais cortes nos programas agrícolas. Neste ponto, avalia-se que as propostas emanadas dos Comitês de Agricultura para o "Supercomitê" poderão definir, antecipadamente, a próxima *Farm Bill*. Parte do *lobby* agrícola gostaria, simplesmente, da prorrogação da *Farm Bill* até 2013 para discutir a versão seguinte em meio às eleições. Haveria, assim, maior condição para barganhas políticas. O que acontecerá ainda está incerto. Menos previsíveis, ainda, são os resultados dos trabalhos do "Supercomitê" e a posterior aprovação dos mesmos pelo Congresso. Entretanto, o que importa, neste momento, é que algumas tendências identificadas no início deste ano em relação aos subsídios agrícolas estão se consolidando e poderão se concretizar logo. A principal delas é a redução ou substituição dos Pagamentos Diretos pelo reforço aos demais programas da Rede de Segurança dos agricultores americanos. Principalmente dos Seguros de Safra calculados sobre a renda ou lucratividade das propriedades.

Os Pagamentos Diretos vêm sendo muito questionados pela opinião pública dos EUA, pois a maior parte dos recursos do programa acaba sendo recebida pela parcela mais rica dos agricultores. Ademais, por considerar a média da área plantada nos últimos anos, alguns produtores têm acesso aos pagamentos sem ao menos produzir naquele ano. Outras vezes, a baixa produtividade de suas colheitas, ou mesmo os elevados preços obtidos pela comercialização naquele ano não impedem os agricultores de receberem o subsídio. Apesar disso, os Pagamentos Diretos são considerados pouco distorcivos (caixa verde) pelas normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dentro da tendência de reforço aos Seguros de Safra calculados sobre a renda, a novidade seria então a substituição dos Pagamentos Diretos e até mesmo dos Contra Cíclicos por uma nova linha de seguro que cobriria perdas menos expressivas na renda das propriedades por diversos fatores (*Shallow Losses*). A eliminação ou reformulação radical de programas pouco acessados ou ineficientes, como o Average Crop Revenue Election (Acre) e o Suplemental Revenue Assistance Payments (Sure), também poderia contribuir para viabilizar a nova modalidade de seguros.

Atualmente, os EUA subsidiam, aproximadamente, 60% do prêmio pago pelo produtor na contratação de seguros que só podem ser acionados quando a perda de renda excede os 25%. A nova modalidade permitiria o acionamento quando constatadas perdas muito menos expressivas, a partir de 5% a 10% da renda. Os proponentes estimam que tal substituição dos Pagamentos Diretos pela nova modalidade de seguro para *Shallow Losses* significaria uma economia de, aproximadamente, 50% em relação aos gastos do primeiro programa. Contudo, a maior abrangência e a complexidade dos fatores de mercado ligados à garantia de renda podem acabar gerando um desembolso ainda maior com o novo seguro que o montante empregado nos Pagamentos Diretos.

Ademais, os críticos da nova modalidade também argumentam que, estando os preços das *commodities* agrícolas tão elevados, qualquer redução de preço acabaria por recompensar os produtores por, simplesmente, retornarem a um patamar de preços usual. Muitas vezes, ainda acima

dos preços tradicionalmente observados. O fato é que tanto o reforço dos seguros calculados sobre a receita da propriedade, ou mesmo a criação da nova modalidade de seguro vêm sendo defendidos pelas representações das principais *commodities* (milho, soja, trigo e algodão). Por outro lado, a American Farm Bureau Federation (FB) é contrária à criação do novo seguro, por acreditar que o mesmo poderia estimular os produtores rurais a assumirem riscos excessivos e que poderiam gerar distorções nos mercados (incremento do preço de arrendamento de terras, insumos e desequilíbrio da relação de oferta e demanda em certas cadeias).

Para os agricultores brasileiros e demais competidores mundiais, a concretização deste tipo de tendência merece acompanhamento, pois poderia significar a substituição de subsídios reconhecidamente menos distorcivos por políticas agrícolas com maior potencial de distorção dos mercados, baseadas, diretamente, na garantia da renda final do produtor. Além disso, no fim das contas, a má notícia é que a tão aguardada redução dos subsídios agrícolas dos EUA deverá ser muito menos expressiva que o necessário para afetar, significativamente, a competitividade do agronegócio exportador de lá. Lamentável também é que a possível redução dos subsídios agrícolas dos EUA acabará acontecendo por pura pressão deficitária doméstica, sem que tenha contribuído para avanços maiores da Rodada de Doha da OMC.

A necessidade de reduzir o orçamento dos programas de suporte governamental dos EUA também gera, cada vez mais, pressão contra a renovação dos subsídios à mistura de etanol na gasolina (crédito fiscal de US$ 0,45/galão) e tarifa aplicável às importações do produto (US$ 0,54/galão). A notícia mais aguardada pelo setor sucroalcooleiro do Brasil nunca foi tão apoiada pela opinião pública e pelos setores da própria economia dos EUA. Dessa maneira, não seria surpresa se ocorresse a simples expiração dos regulamentos que mantêm tais subsídios ao fim deste ano. Setores do agronegócio reclamam, com veemência, que os subsídios à produção de etanol ocasionam preços distorcivamente elevados para o milho e inviabilizam a expansão de algumas cadeias, como a suinocultura, a avicultura e o confinamento de bovinos. Outros setores da economia endossam o coro contra os subsídios, por acreditarem que a cadeia já esteja substancialmente consolidada e que a tarifa acaba impedindo o acesso do consumidor americano ao etanol mais barato produzido em países como o Brasil. Como reforço, o recente relatório da Comissão de Comércio Internacional dos EUA apontou que a eliminação dos subsídios traria mais benefícios que a manutenção de tais medidas de apoio. Poderia gerar ganhos líquidos de US$ 1,5 bilhão à economia dos EUA, apesar de ligeira diminuição da produção doméstica e redução de 4 a 5% na geração de empregos do setor. Percebendo a ameaça aos subsídios e reconhecendo a possibilidade de perdê-los, a Renewable Fuel Association, principal entidade defensora, enviou comunicado ao escritório de Representação Comercial dos EUA exortando o governo dos EUA a não ceder à eliminação de tais medidas de apoio doméstico sem contrapartida às negociações com países potencialmente beneficiários da medida.

Por outro lado, os agricultores dos EUA puderam comemorar a recente assinatura dos acordos de livre comércio firmados com a Coreia do Sul, o Panamá e a Colômbia. Ao todo, estima-se que tais acordos gerem US$ 2,3 bilhões em novas oportunidades comercias para produtos do agronegócio dos EUA. Sejam pela redução de tarifas ou demais melhorias nas condições de acesso dos produtos do agro. Neste quesito, além do ganho direto para os produtores americanos, registra-se a perda para os brasileiros, que terão sua competitividade prejudicada pelas facilidades obtidas pelos americanos. Ficará mais difícil exportar nossa carne bovina e suína para a Coreia do Sul quando lograrmos o reconhecimento sanitário.

Outra fonte de boas notícias, desta vez para o lado brasileiro, são as negociações para o acesso de carne fresca suína e bovina ao mercado dos EUA. Após o reconhecimento da condição sanitária dos rebanhos de Santa Catarina no fim do ano passado, o governo brasileiro está prestes a comprovar a equivalência das condições de saúde pública dos abatedouros daquele Estado. Tais negociações estão no estágio final, aguardando-se uma resposta conclusiva dos EUA que possibilite exportarmos até o fim deste ano.

No que se refere à carne bovina *in natura*, vencemos a famigerada "análise de impacto econômico", principal etapa que impedia a publicação da análise do risco sanitário do nosso produto, processo que se arrasta há mais de 12 anos. Recentemente, o governo dos EUA concluiu que a eventual importação de carne bovina do Brasil não traria impacto econômico significativo aos produtores norte-americanos nem a parceiros comerciais já estabelecidos e nem conflitaria com outras legislações do país. Abriu-se, então, o caminho para a publicação, em consulta pública, da proposta de regulamento. O governo dos EUA terá então de responder aos comentários recebidos sobre a norma para que possa publicar sua versão final que reconhecerá a condição sanitária brasileira. No caso do reconhecimento de Santa Catarina, sete meses foram necessários entre a consulta pública e a sanção final do regulamento. Repetindo-se a mesma dinâmica, teremos excelentes notícias para o segundo semestre de 2012. Agora é torcer para que os controles sanitários brasileiros comprovem, mais uma vez, a sua robustez e não permitam que os focos de aftosa no Paraguai ameacem a nossa festa. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não das instituições que representa.

* Adido Agrícola na Embaixada do Brasil em Washington